

[illegible]



Nº DO PROCESSO	0000701/2024	DATA DE ENTRADA	10/01/2024 09:39:39
SETOR DO USUÁRIO COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO AO PP 35/2023

REQUERENTE FACIL SOLUCOES TECNOLOGICAS EM INFORMATICA S/A	
TELEFONE (83) 2106-5640	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

0000701/2024

10/01/2024 09:39:39

COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO AO PP 35/2023

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICIPIO DE MARICÁ/RJ.

701/2024
10 01 24
HJ. 03

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2023
PROCESSO: 17800/2023

FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A, CNPJ nº 07.527.919/0001-87, situada na Av. Paraíba, nº 45, Bairro dos Estados, João Pessoa – Paraíba, CEP 58030-430, por seu Diretor Presidente, o **Sr. Otávio Abrantes de Sá Ney**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 036.711.874-25, RG nº 2.474.450 SSP/PB, residente e domiciliado na Avenida Acre, nº 601, Bairro dos Estados, João Pessoa-Paraíba, CEP 58.030-230, neste ato representada por sua procuradora abaixo assinada, vem, por meio desta apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com base nos fundamentos a seguir:

Trata-se de certame licitatório a ser realizado pela **Prefeitura Municipal de Maricá/RJ**, cujo edital e seus anexos merecem reforma, pelas razões de fato e de direito a seguir:

1. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Preliminarmente, em consonância com os termos da Cláusula 16 do instrumento convocatório demonstra-se a tempestividade desta Impugnação, senão vejamos:

16. DA IMPUGNAÇÃO

16.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 10.520/02 e da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta de preço/habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da lei supracitada.

16.2 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas. Após esse prazo, a comunicação de falhas ou irregularidades que viciariam este edital, não terá efeito de recurso.

Neste sentido, considerando que a data do certame é **11/01/2024 (quinta-feira)**, a data limite para a apresentação seria **09/01/2024**, restando demonstrada, portanto, a tempestividade da presente Impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 35/2023.

2. DAS INCONSISTÊNCIAS VERIFICADAS NAS REGRAS DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2023 E SEUS ANEXOS.

2.1) DA CLÁUSULA 10 – DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

É cediço que, em conformidade com o art. 9º da Lei nº 10.520/2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93.

Assim, às licitações realizadas na modalidade pregão, para fins de comprovação da habilitação, deverão ser observados o disposto nos artigos 27 a 33 da Lei nº 8.666/93.

Destarte, a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 31, descreve os documentos que deverão ser analisados para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, vejamos:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as

garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Ora, da simples leitura do artigo acima citado e da análise da cláusula 10, B – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conclui-se que o edital fere, frontalmente, a legislação de regência.

De início, verifica-se a exigência de que, para as sociedades anônimas, serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei nº 11.638/07 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação; ou fotocópia, registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

Ocorre que, tal exigência extrapola o razoável, especialmente porque, no que se refere às sociedades por ações, em razão de existirem dois tipos, quais sejam: de capital aberto e de capital fechado, há regras que se impõem a apenas uma delas, exemplifica-se:

Historicamente, as sociedades por ações, com patrimônio líquido acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) deveriam publicar no Diário Oficial da União ou dos Estados e Distrito Federal: (1) balanço patrimonial, (2) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, (3) demonstração do resultado do exercício; (4) demonstração dos fluxos de caixa e (5) notas explicativas. (LSA, 175).

Entretanto, com o advento do marco legal das start-ups, Lei Complementar 182, de 1º de junho de 2021, as companhias de capital fechado foram dispensadas das publicações acima mencionadas na via física, em jornal, servindo o protocolo do

SPED e publicação no site da companhia como forma de atender a nova dinâmica legal. (LSA, 294).

Assim, o edital, com a redação que apresenta, não faz distinção entre as companhias de capital aberto e fechado, além de desvirtuar o sentido da exigência de documentos para habilitação, qual seja: comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contratação de obrigações.

A publicação do balanço em diário oficial ou jornal de grande circulação deixou de ser obrigatória para as sociedades de capital fechado, passando a sua exigência a ser considerada uma imposição excessiva, visto que o simples protocolo do SPED já comprovam a publicidade do ato, bem como demonstram a existência legal da empresa, sua legitimidade de representação e sua aptidão para assumir obrigações.

Vale transcrever decisão do TJMG, ainda que sob a égide da Lei nº 8.666/93, que ratifica os argumentos aqui expostos:

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 098/2016. AQUISIÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA. DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO. CÓPIA DA PUBLICAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL NO DIÁRIO OFICIAL. IMPOSIÇÃO EXCESSIVA. INABILITAÇÃO QUE VIOLA DIREITO LÍQUIDO E CERTO. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 28, III, DA CF/1988. CONCESSÃO DA ORDEM. REMESSA DESPROVIDA.

(TJ-SC - Remessa Necessária Cível: 03118102520168240023 Capital 0311810-25.2016.8.24.0023, Relator: Jorge Luiz de Borba, Data de Julgamento: 30/04/2019, Primeira Câmara de Direito Público)

Remessa necessária - Apelação cível - Mandado de segurança - Licitação - Instrumento convocatório - Ato constitutivo devidamente registrado - Exibição - Publicação do ato constitutivo no Diário Oficial - Exigência não prevista no edital e na Lei 8.666 de 1993 - Inabilitação - Ilegalidade - Concessão da segurança - Sentença confirmada - Recurso prejudicado. 1. A Administração Pública e os licitantes estão vinculados ao instrumento convocatório e à Lei 8.666 de 1993. 2. Restringindo-se a determinação do edital e da Lei 8.666 de 1993 à exibição do ato constitutivo devidamente registrado, a exigência de publicação no Diário Oficial é ato legal que extrapola os limites legais e editalícios. APELAÇÃO CÍVEL/REMESSA NECESSÁRIA 1.0000.18.062715-0/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - 6ª VARA DA FAZENDA ESTADUAL - REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 6ª FAZENDA DA ESTADUAL DE BELO HORIZONTE - APELANTE (S): DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS (DEER/MG) - APELADO (A)(S): EPC ENGENHARIA PROJETO CONSULTORIA S/A - INTERESSADO: DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(TJ-MG - AC: 10000180627150001 MG, Relator: Marcelo Rodrigues, Data de Julgamento: 18/09/2018, Data de Publicação: 19/09/2018).

Dito isto, com fulcro no acima exposto, é que se requer a retificação da cláusula 10, letra B – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, subitem B.2, letra “a” do edital, fazendo constar, a possibilidade da publicação do balanço patrimonial ser comprovada por meio do protocolo do SPED.

De outra banda, também não há amparo legal para que o edital exija nas letras B.3, B.8 e B.9 certidões negativas, respectivamente, de recuperação judicial, de falência e de falência ou recuperação judicial, acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, visto que, segundo o art. 31, II, o legislador limitou a exigência a certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

B.3 - Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial, concordatas e falências, ficando dispensada apresentação da declaração relacionando os distribuidores quando se tratar de Distribuidor Unificado.

B.8 - Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90(noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

B.9 - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante. As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial, concordatas e falências, ficando dispensada apresentação da declaração relacionando os distribuidores quando se tratar de Distribuidor Unificado.

Neste sentido, com vistas a atender aos limites que a Lei nº 8.666/93 impõem, e, ainda, buscando não confundir os possíveis licitantes, é que se requer a retificação do edital, de modo a constar apenas e uma única vez, a exigência da apresentação da certidão negativa de falência ou concordata nos exatos termos da lei.

3) REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, REQUER:

3.1. Que a presente IMPUGNAÇÃO seja acolhida, em todos os seus termos, de modo que sejam revistos os termos do Edital do Pregão Presencial nº 35/2023, notadamente quanto: as exigências contidas na cláusula 10, letra B –

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, subitem B.2, letra "a", B.3, B.8 e B.9, por ir de encontro ao art. 31, I e II, da Lei nº 8.666/93.

3.2. E, por consequência, **REQUER** que seja definida e publicada nova data para a realização do referido procedimento licitatório.

João Pessoa, 09 de janeiro de 2024.

FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A
Kalina de Andrade Cavalcanti
OAB/PB nº 10.848
Advogada

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
RUBRICA: JUP PLS: 09

Anexo I à Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 07 de dezembro de 2022.

**CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA
FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A
CNPJ N. 07.527.919/0001-87
NIRE 25 3 00012374**

Capítulo I

Denominação, Sede, Objeto e Prazo

Artigo 1º - A Fácil Soluções Tecnológicas em Informática S/A é uma sociedade anônima de capital fechado regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76 e legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sede na Av. Paraíba, nº 45, Bairro dos Estados, CEP 58.030-430, João Pessoa/PB, podendo criar ou encerrar filiais, estabelecimentos ou escritórios em qualquer localidade do território nacional e no exterior, a critério dos acionistas.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

- 62.03-1-00 – desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis;
- 62.02-3-00 – desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
- 62.01-5-00 – desenvolvimento de programas de computador sob encomenda;
- 62.04-0-00 – consultoria em tecnologia da informação;
- 63.99-2-00 – outras atividades de prestação de serviços de informação;
- 82.99-7-99 – outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas;
- 82.19-9-99 – preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo;
- 70.20-4-00 – atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;
- 62.09-1-00 – suporte técnico em tecnologia da informação.

46.14-1-00 representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves.

6462-0 holding de instituições não financeiras.

Artigo 4º - A Companhia iniciou suas atividades em 09/08/2005, data de seu registro na junta comercial do Estado da Paraíba, e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Capítulo II

Capital Social, Ações e Títulos Mobiliários

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia, expresso em moeda corrente nacional, já integralizado pelos acionistas, é de R\$ 2.950.000 (dois milhões, novecentos e cinquenta reais), representado por 2.950.000 (duas milhões, novecentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

Parágrafo 1º - Os Acionistas têm direito de preferência, na proporção das suas ações, para subscrições de novas ações e demais títulos mobiliários de emissão da companhia, observadas as disposições deste Estatuto Social e da Lei nº 6.404/74. O direito de preferência deverá ser exercido no prazo fixado pela Assembleia Geral, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva deliberação, conforme Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - O Capital Social da Companhia é representado, exclusivamente por ações ordinárias. Não haverá emissão de ações preferenciais ou demais tipos de ações pela Companhia. Cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia.

Parágrafo 3º - As ações representativas do Capital Social são indivisíveis em relação à Companhia. Quando determinada ação pertencer a mais de uma pessoa em condomínio, os direitos de tais ações deverão ser exercidos pelo representante da Companhia.

Parágrafo 4º - O Acionista que não fizer o pagamento das ações subscritas a tempo e modo devidos ficará, de pleno direito, constituído em mora, aplicando-se multa de 2% (dois por cento) sobre o valor não pago, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata dies, tudo atualizado pela variação positivado IGPM/FGV, desde a data do inadimplemento verificado até a data em que for realizado o pagamento devido.

Artigo 6º - A Companhia poderá, por decisão do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou para cancelamento, conforme Lei nº 6.404/76.

REFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 01/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
RUBRICA: JUP RLS: 11

Capítulo III

Administração da Companhia

Artigo 7º - A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria ("Administração") que terão suas competências e poderes previstos neste Estatuto Social, observada legislação aplicável.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, cabendo aos Diretores a administração da Companhia, sendo o Diretor Presidente o representante legal da Companhia para todos os fins de direito.

Parágrafo 2º - O prazo de gestão dos membros da Administração é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por iguais e sucessivos períodos de 2 (dois) anos, sem qualquer limitação.

Parágrafo 3º - Os Administradores eleitos serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse. Os Conselheiros de Administração e Diretores eleitos permanecerão nos seus cargos até a data em que seus sucessores, devidamente eleitos, forem empossados, dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo 4º - A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, a quem compete igualmente fixar, quando for o caso, o montante da participação dos administradores no lucro da Companhia, bem como benefícios de qualquer natureza que lhes sejam atribuídos, inclusive verba de representação. Compete ao Conselho de Administração estabelecer as condições de rateio da remuneração entre Conselheiros e Diretores.

Parágrafo 5º - Os administradores tomam posse na forma do artigo 149 da Lei 6.404/76.

Seção I

Conselho de Administração

Artigo 8º - O Conselho de Administração da Companhia é composto por 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração nomeará, entre eles, o Presidente e o Vice Presidente, competindo a este substituir o presidente em suas ausências e impedimentos, bem como na hipótese de vacância.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral, caso entenda conveniente, poderá eleger um suplente para cada membro do Conselho de Administração, exceto para o cargo de Presidente.

Artigo 9º - Em caso de vacância de cargo de Conselheiro de Administração, e havendo suplente nomeado em Assembleia Geral, este substituirá o titular até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar. Não havendo suplente ou em caso de

vacância no cargo após este haver assumido, caberá ao Conselho de Administração nomear o substituto, que permanecerá no cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar. Em qualquer caso, o mandato do substituto eleito pela Assembleia Geral vigorará pelo prazo que restar no mandato do substituído.

Artigo 10º - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, e não havendo suplente, seu substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, salvo se a ausência ou o impedimento for do presidente do Conselho, hipótese em que este indicará o seu substituto.

Artigo 11º - Ocorrendo vacância de cargos que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) do total de Conselheiros, a Assembleia Geral será convocada, nos 30 (trinta) dias que se seguirem ao evento, para eleger os substitutos, cujos mandatos coincidirão com os dos demais Conselheiros.

Artigo 12º - O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, ao menos uma vez a cada mês, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou Vice Presidente. As reuniões serão preferencialmente presenciais na sede da Companhia, aceitando-se a presença remota desde que justificada.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer via notificações, cartas registradas, telegramas, fax ou mensagens eletrônicas, desde que, em qualquer caso, haja a efetiva comprovação do envio e recebimento das partes.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração se instalam com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros em exercício, sob a direção do Presidente, que indicará um dos conselheiros para servir de secretário.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração são tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a cada Conselheiro um voto.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas em livro próprio, devendo ser arquivadas na Junta Comercial e publicadas no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação, aquelas deliberações cujo conteúdo possa resultar em reflexo à terceiros.

Artigo 13º - Compete ao Conselho de Administração:

- (a) estabelecer os objetivos, a política e orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) convocar a Assembleia Geral Ordinária, e, quando os interesses sociais demandarem, a Assembleia Geral Extraordinária.
- (c) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social;

- (d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, tomar contas da Diretoria e demonstrações financeiras de cada exercício;
- (e) fiscalizar a gestão dos Diretores;
- (f) examinar a qualquer tempo: atos, livros, documentos e contratos que a Companhia seja parte;
- (g) deliberar sobre emissão de notas promissórias para subscrição particular;
- (h) submeter à Assembleia Geral o destino à ser dado ao lucro líquido do exercício;
- (i) autorizar a Diretoria à: venda, alienação, oneração, transferência, constituição de gravames, locação ou qualquer outra forma de disposição da propriedade ou da posse de ativos imobilizados da Companhia ou de controladas que envolva montante superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e não estejam previstos no Plano de Negócios ou no Orçamento da Companhia, em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- (j) nomear e destituir auditores independentes;
- (k) estabelecer o rateio da remuneração da Administração, observado limite global estabelecido pela Assembleia Geral;
- (l) determinar levantamento de balanços semestrais ou relativos à períodos menores, podendo, na hipótese, declarar dividendos à conta de lucros apurados em tais balanços, lucros acumulados de balanços anteriores e/ou lucros existentes nos balanços semestrais ou anuais anteriores;
- (m) aprovar operações de crédito entre entidades coligadas, controladas e controladoras;
- (n) resolver os casos omissos no Estatuto Social e demais atribuições legais;

Seção II

Diretoria

Artigo 14º - A Diretoria da Companhia é composta por até 02 (dois) membros, nomeados Diretor Presidente e Diretor Operacional. Podem ser eleitos Diretores da companhia quaisquer pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração em reunião convocada especialmente para este fim.

Parágrafo 1º - Na hipótese de eventual renúncia, destituição, morte, interdição, impedimento ou vacância de qualquer diretor, o Conselho de Administração deverá se reunir, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data do evento, para eleger um novo Diretor, que completará o prazo de gestão do substituído. Sem prejuízo, a Companhia poderá optar por conduzir suas atividades com apenas um Diretor sem levar à efeito a nomeação do cargo em vacância, hipótese em que o Diretor eleito e nomeado terá o acúmulo das duas funções.

Parágrafo 2º - Os Diretores não poderão se afastar do exercício de suas funções por mais de 90 (noventa) dias em cada período de 12 (doze) meses, sob pena de perda de mandato.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), podem ser eleitos para o cargo de Diretor, com exercício cumulativo de funções. Ocorrendo a hipótese de acumulação de cargos, caberá ao Conselheiro-Diretor escolher entre a remuneração de Conselheiro e de Diretor.

Parágrafo 4º - A remuneração dos Diretores será definida pelos acionistas, observado o montante global fixado em Assembleia Geral, conforme estabelecido neste Estatuto Social.

Parágrafo 5º - Para investidura no cargo de Diretor é dispensada caução.

Artigo 15º - A Diretoria reunir-se-á, sempre que os interesses sociais demandarem e suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 1º - As reuniões podem ser convocadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º - As deliberações da Diretoria, constarão em atas lavradas em livro próprio e serão tomadas por consenso.

Parágrafo 3º - Ocorrendo impasse na deliberação de qualquer matéria posta à discussão em reunião de Diretoria, caberá ao Conselho de Administração que decidirá em última instância.

Artigo 16º - Compete à Diretoria:

- (a) cumprir as disposições deste Estatuto Social e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- (b) propor ao Conselho de Administração, para exame e deliberação, as diretrizes fundamentais relacionadas aos objetivos e metas da Companhia;
- (c) assegurar o bom andamento dos negócios sociais, praticando todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, observando, quando for o caso, a necessidade de autorização prévia do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral;
- (d) celebrar contratos de qualquer natureza com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, observados os limites impostos pelo Estatuto Social;
- (e) submeter ao Conselho de Administração a prática de qualquer ato que, nos termos deste Estatuto Social, dependa de prévia autorização daquele órgão;
- (f) aprovar o quadro de pessoal da Companhia, estabelecendo regime de cargos e salários;
- (g) delegar a prática de ato no qual a Companhia, nos termos deste Estatuto Social, possa necessitar de representação, devendo constar a específica designação do outorgado procurador;

- (h) elaborar, ao final de cada exercício social, as demonstrações financeiras e o relatório da administração, submetendo-os, acompanhado do parecer dos auditores independentes, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se instalado;
- (i) elaborar o orçamento anual da Companhia;
- (j) instalar escritórios de representação da Companhia;
- (k) autorizar a venda, alienação, oneração, transferência, constituição de gravames, locação ou qualquer outra forma de disposição da propriedade ou da posse de ativos imobilizados da Companhia ou de controladas que envolva montante inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e não estejam previstos no Plano de Negócios ou no Orçamento da Companhia, em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- (l) representar a Companhia em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, e em suas relações perante terceiros, incluindo, mas sem se limitar a, repartições públicas, autoridades, autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, sejam federais, estaduais ou municipais; e
- (m) assinar todo e qualquer documento, público ou privado, letras de câmbio, cheques, ordem de pagamento, contratos, bem como quaisquer documentos que possam impor responsabilidade ou obrigação à Companhia, desde que o valor da obrigação não exija aprovação prévia do Conselho de Administração.

Parágrafo Único – Todos os atos relacionados no presente Artigo 16º serão praticados isoladamente pelo Diretor Presidente, independente da anuência formal dos demais membros da Diretoria caso estejam com mandato em vigor.

Artigo 17º - Compete ao Diretor Presidente, na condição de principal condutor das atividades sociais, praticar isoladamente:

- (a) convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria;
- (b) estruturar e dirigir todos os negócios da Companhia de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração podendo, para tanto, assinar todo e qualquer documento na condição de representante legal da Companhia;
- (c) admitir, demitir e promover os empregados da Companhia, podendo delegar esta competência;
- (d) zelar pela tempestividade de envio de documentos e obrigações acessórias, tanto perante terceiros quanto assuntos interna corporis;
- (e) dirigir atividades financeiras da Companhia, desde que expressamente autorizado pelo Conselho de Administração;
- (f) preparar normas administrativas e instruções de serviço;

Artigo 18º - Compete ao Diretor de Operações coordenar a rotina interna da Companhia, mediante a prática dos seguintes atos administrativos:

- (a) dirigir as atividades operacionais da Companhia;
- (b) delegar tarefas operacionais da Companhia;
- (c) aprovar planos operacionais da Companhia;
- (d) executar as diretrizes operacionais aprovadas pelo Conselho de Administração.

Seção III

Conselho Fiscal

Artigo 19º - O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela assembleia geral.

Artigo 20º - Quando instalado, o conselho fiscal deverá se reunir sempre que necessário para exercício dos poderes e atribuições que lhe são atribuídos pela legislação aplicável.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do conselho fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal deverão ser substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. não havendo suplente, a assembleia geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito membro do conselho fiscal quem: (i) ocupar qualquer cargo de administração em outra pessoa jurídica que concorra com atividade(s) da companhia, salvo se o cargo ocupado for em pessoa jurídica que possua vinculação societária, direta ou indireta, com a companhia; ou (ii) possuir ou representar interesse conflitante com os da companhia.

Parágrafo 4º - Se qualquer dos impedimentos previstos no parágrafo anterior se configurar após a eleição do conselheiro, ele não poderá exercer seu voto nas reuniões subsequente do conselho fiscal, sendo vedado o seu acesso a informações estratégicas da companhia ou sua participação em novas reuniões para discussão de assuntos sobre os quais tal conselheiro possua ou represente interesse conflitante com os da companhia.

Parágrafo 5º - No caso de renúncia, destituição, morte, interdição, impedimento ou vacância de qualquer conselheiro fiscal, a assembleia geral deverá ser convocada, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do evento, para eleger conselheiros substitutos, que completarão os prazos de gestão dos substituídos.

Parágrafo 6º - Os conselheiros fiscais não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias em cada período de 6 (seis) meses, sob pena de perda de mandato.

Parágrafo 7º - As convocações para as reuniões do conselho fiscal poderão ser formalizadas através de notificações, cartas registradas, telegramas, fax ou mensagens eletrônicas, desde que, em qualquer caso, haja a efetiva comprovação do envio e do recebimento das convocações.

Parágrafo 8º - As reuniões do conselho fiscal deverão ser convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, indicando a data, horário, local e pauta dos assuntos que deverão ser objeto da reunião, sendo dispensadas as convocações quando o conselho fiscal se reunir com a presença de todos os conselheiros.

Parágrafo 9º - As deliberações do conselho fiscal deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos. Todas as deliberações do conselho fiscal deverão constar em atas lavradas no respectivo livro de atas e pareceres do conselho fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes. Os votos porventura proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão igualmente constar no livro de registro de atas do conselho fiscal, devendo a cópia da carta, *fac-símile* ou outro meio de comunicação, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 10º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terão a remuneração que lhes for estabelecida pela Assembleia Geral, conforme estabelecido no presente Estatuto Social.

Parágrafo 11º - Deverão ser arquivadas no registro competente e publicadas as atas das reuniões do Conselho Fiscal que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Capítulo IV

Assembleia Geral

Artigo 21º - A Assembleia Geral constitui órgão soberano da Companhia, tendo as competências, atribuições e poderes conferidos por este Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 22º - A Assembleia Geral reunir-se-á: (i) ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observado o disposto pelo artigo 123 da lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

Parágrafo 2º - Salvo as exceções legais, a assembleia geral estará habilitada a deliberar com a presença dos acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social.

Parágrafo 3º - A contar da data da primeira publicação convocando a assembleia geral e até a realização desta, ficam suspensas quaisquer transferências de ações da companhia.

Artigo 23º - A Assembleia Geral Ordinária será instalada pelo primeiro diretor ou por qualquer acionista no caso de os diretores retardarem por mais de 60 (sessenta) dias a convocação nos casos previstos em lei ou neste estatuto social.

Parágrafo 1º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, desde que seja acionista, Diretor da Companhia ou advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, conforme artigo 126, § 1º, da lei n. 6.404/76.

Parágrafo 2º - Ao lançar sua assinatura no livro de presenças comprovará o interessado a sua condição de acionista.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral deverá ser presidida por qualquer Conselheiro ou Diretor, que escolherá, dentre os presentes, um secretário se algum diretor não puder presidir a assembleia geral, esta poderá ser presidida por qualquer acionista da companhia, que escolherá, entre os presentes, um secretário.

Artigo 24º - Para qualquer deliberação da Assembleia Geral será necessária a aprovação dos acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social, salvo nas hipóteses previstas na Lei nº 6.404/76 que exijam quórum qualificado de aprovação, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único - As atas das Assembleias Gerais poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto pelo art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76.

Artigo 25º - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas no artigo 122 da lei nº 6.404/76, fixar o montante anual global da remuneração da Administração da Companhia.

Capítulo V

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Resultados.

Artigo 26º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando deverão ser levantados o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, conforme artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - Por deliberação do Conselho de Administração a companhia poderá: (i) levantar balanços mensais, semestrais, trimestrais ou de períodos menores e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 27º - Do resultado do exercício deverão ser deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo Único - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social da Companhia ou até que o saldo desta reserva, somado ao montante das reservas de capital, atinja 30% (trinta por cento) do capital social da companhia; (b) do saldo remanescente, após a destinação referida no item (a) acima, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório; (c) do saldo remanescente, após as destinações referidas nos itens (a) e (b) acima, a Assembleia Geral poderá destinar, por deliberação da maioria simples de votos, parte ou a totalidade para uma reserva de investimentos, até o limite do Capital Social da companhia; e (d) o saldo remanescente, se houver, após as destinações referidas nos itens (a), (b) e (c) acima, terá a destinação que vier a ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Artigo 28º - O Conselho de Administração poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada as disposições legais aplicáveis.

Capítulo VI

Liquidação e Dissolução

Artigo 29º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, compelindo à Assembleia Geral determinar a modalidade de liquidação e eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. Será liquidante o Diretor Presidente da Companhia.

Capítulo VII

Disposições Finais

Artigo 30º - A Companhia observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado aos integrantes da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria acatar declaração de voto de qualquer acionista que for proferida em desacordo com eventuais determinações da legislação aplicável, deste Estatuto Social, de Acordos de Acionistas celebrados no âmbito da companhia.

Artigo 31º - Este Estatuto Social poderá ser reformado por proposta do Conselho de Administração ou da Diretoria, desde que aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, que se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas

que representem 2/4 (dois quartos), no mínimo, do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme artigo 135 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 32º - Os casos omissos e as hipóteses não previstas neste Estatuto Social deverão ser solucionados pelos dispositivos da legislação aplicável, notadamente a Lei nº 6.404/76.

Otávio Abrantes de Sá Ney – Diretor Presidente

Carlos Henrique Borges de Melo – Secretário

CPF 093.180.074-93



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 401/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
RUBRICA: gup FLS: 21

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa FACIL SOLUÇÕES TECNOLOGICAS EM INFORMATICA SA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01053776438	RAFAEL FERRAZ CORNELIO GOIANA NOVAES
01183057431	THIAGO DANTAS DE FREITAS
03671187425	OTAVIO ABRANTES DE SA NEY
06980773429	CARLOS ALBERTO MARINS FONSECA
73465321472	JOSE ARRAES DE ALENCAR



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/01/2023 14:45 SOB Nº 20221308814.
PROTOCOLO: 221308814 DE 10/01/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12300329312. CNPJ DA SEDE: 07527919000187.
NIRE: 25300012374. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/01/2023.
FACIL SOLUÇÕES TECNOLOGICAS EM INFORMATICA SA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
RUBRICA: [assinatura] FLS: 22

FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A

CNPJ 07.527.919/0001-87

NIRE 25 3 00012374

**ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA Nº 01/2022**

REALIZADA EM 31/07/2022

1. **Data, horário e local:** 31 de julho de 2022, às 11:00 horas, na sede da Fácil Soluções Tecnológicas em Informática S/A;
2. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia;
3. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Otávio Abrantes de Sá Ney, Diretor Presidente, convocando para exercer a função de Secretário, Sr. Carlos Henrique Borges de Melo, ao qual cabe observar a disposição da Instrução Normativa 81/2020 do DREI;
4. **Ordem do Dia:**
 - 4.1 **Em Assembleia Geral Ordinária:**
 - (a) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
 - (b) Eleger membros da administração;
 - (c) Destinação do lucro líquido do exercício;
 - (d) Fixar a remuneração dos membros da administração;
 - 4.2 **Em Assembleia Geral Extraordinária:**
 - (e) Inclusão da atividade "holding de instituições não financeiras" objeto social – sem supressão de qualquer antes praticada, com a finalidade de



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
RUBRICA: [assinatura] FLs: 23

atender à investimento em nova entidade jurídica nos interesses da Companhia;

5. **Deliberações:** Aprovada, por unanimidade de votos, a lavratura da ata da reunião sob forma de sumário. Foram colocadas em discussão as matérias previstas na Ordem do Dia, as quais foram aprovadas por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, conforme segue:

5.1 A Assembleia Geral Ordinária aprova por unanimidade, sem ressalvas, as contas prestadas pela administração referentes ao exercício social de 2021, inclusive aprovando a manutenção da reserva estatutária e declaração de distribuição dos dividendos do exercício 2021.

5.2 São reconduzidos, pelo prazo previsto no Parágrafo 2º do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, por unanimidade, para investidura dos cargos de administração os Conselheiros:

5.2.1 Rafael Ferraz Cornélio Goiana Novaes, brasileiro, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 010.537.764-38, portador da Carteira de Identidade nº 5.835.094 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua de Apipucos, 687, Apt. 601, Bloco G, Casa Forte, Recife/PE, CEP: 52.071-640 na condição de Conselheiro Presidente.

5.2.2 José Arraes de Alencar, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, CPF no 734.653.214-72, portador da carteira de identidade no 3.752.943 SSP/PE, residente e domiciliado na estrada do encanamento no 617, apto. 901, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52.070-080, na condição de Conselheiro de Administração.

5.2.3 Carlos Alberto Marins Fonseca, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7.628.851 SSP/PE, inscrito no CPF nº 069.807.734-29, residente e domiciliado à Rua João Paiva Ponce Leon, nº 281, Apt. 1901, Jardim Oceania, João Pessoa/PB, CEP: 58.037-765, na condição de Conselheiro de Administração.



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/10/24
RUBRICA: [assinatura] FLS: 24

5.2.4 Thiago Dantas de Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.569.004 SSP/PB, inscrito no CPF nº 011.830.574-31, residente e domiciliado à Rua Professor Eudésia Vieira, nº 951, Apt. 2603B, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP: 58.030-092, na condição de Conselheiro de Administração.

5.3 É eleito para o cargo de Conselheiro Vice-presidente Otávio Abrantes de Sá Ney brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.474.450 SSP/PB, inscrito no CPF nº 036.711.874-25, residente e domiciliado na Rua Aderbal Maia Paiva, 600, Quadra 243, Lote 394 - Porta do Sol, João Pessoa/PB, CEP: 58.046-527.

5.4 É reconduzido, por unanimidade, como Diretor Presidente Otávio Abrantes de Sá Ney brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.474.450 SSP/PB, inscrito no CPF nº 036.711.874-25, residente e domiciliado na Rua Aderbal Maia Paiva, 600, Quadra 243, Lote 394 - Porta do Sol, João Pessoa/PB, CEP: 58.046-527.

5.5 É reconduzido por unanimidade como Diretor de Operações Carlos Alberto Marins Fonseca, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7.628.851 SSP/PE, inscrito no CPF nº 069.807.734-29, residente e domiciliado à Rua João Paiva Ponce Leon, Apt. 1901, Jardim Oceania, João Pessoa/PB, CEP: 58.037-765.

5.6 Renuncia o cargo de administração que ocupava, notadamente a Diretoria de Tecnologia, o acionista Thiago Dantas de Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.569.004 SSP/PB, inscrito no CPF nº 011.830.574-31, residente e domiciliado à Rua Professor Eudésia Vieira, nº 951, Apt. 2603B, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP: 58.030-092.

5.7 Renuncia o cargo de administração que ocupava, notadamente o Conselho de Administração, André Gustavo Nunes de Melo, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 3.614.952 SDS/PE,



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 401/2024
DATA DE INÍCIO: 10/10/24
RUBRICA: [assinatura] FLS: 25

inscrito no CPF nº 666.016.144-91, residente e domiciliado à Avenida Boa Viagem, nº 956, Apt. 1001, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.011-000.

5.8 Resolve a Assembleia Ordinária fixar a remuneração da Diretoria Executiva em R\$ 6.433,57 (seis mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos).

5.9 Aprovam, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária a Reforma do Estatuto Social para a inclusão ao objeto social da Companhia a atividade de "holding de instituições não financeiras - IBGE/CONCLA CNAE 6462-0;"

A redação do Artigo 3º, de acordo com a Consolidação do Estatuto Social da Companhia conforme Anexo I – abaixo, passará à ser:

"Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

62.03-1-00 – desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis;

62.02-3-00 – desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis

62.01-5-00 – desenvolvimento de programas de computador sob encomenda;

62.04-0-00 – consultoria em tecnologia da informação;

63.99-2-00 – outras atividades de prestação de serviços de informação;

82.99-7-99 – outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas;

82.19-9-99 – preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo;

70.20-4-00 – atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;

62.09-1-00 – suporte técnico em tecnologia da informação

46.14-1-00 representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves.



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
RUBRICA: J.P. FLS: 26

6462-0 holding de instituições não financeiras."

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião e lavrada esta Ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes e pelo(a) Secretário(a). João Pessoa/PB, 31 de julho de 2022.

(Intencionalmente em branco. Página de assinaturas à seguir)



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
RUBRICA: J.F. FLS: 27

(Página de assinaturas da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Fácil Soluções em Tecnologia S/A de 31 de julho de 2022)

Presença dos acionistas:

JARFETECH CONSULTORIA EM
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
LTDA. - Acionista

Carlos Alberto Marins Fonseca -
Acionista

Otávio Abrantes de Sá Ney - Acionista

Thiago Dantas de Freitas - Acionista

Conselheiros de Administração empossados:

Rafael Ferraz Cornélio Goiana Novaes
- Conselheiro Presidente

Carlos Alberto Marins Fonseca -
Conselheiro de Administração

Otávio Abrantes de Sá Ney -
Conselheiro Vice-presidente

Thiago Dantas de Freitas -
Conselheiro de Administração

Diretores empossados:

Otávio Abrantes de Sá Ney - Diretor
Presidente

Carlos Alberto Marins Fonseca -
Diretor de Operações



Administradores Renunciantes:

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº. 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/10/24
RUBRICA: [assinatura] FL: 28

André Gustavo Nunes de Melo –
Conselheiro de Administração

Thiago Dantas de Freitas – Diretor de
Tecnologia

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Assembleia Geral Ordinária e no Livro de Atas de Reuniões da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Carlos Henrique Borges de Melo – Secretário da Mesa

(Página indissociável da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Fácil Soluções em Tecnologia S/A de 31 de julho de 2022)



9 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 16 de agosto de 2022, 16:06:33

PREFEITURA DE MARICÁ
 PROCESSO Nº: 701/2024
 DATA DE INICIO: 10/07/24
 RUBRICA: JJP FLS: 29



Ata AGOE - 31 07 2022 pdf

Código do documento 63c9a76b-1c59-45b7-be08-29f43c83717a

Assinaturas

	Otávio Abrantes de Sa Ney otavio.ney@faciltecnologia.com.br Assinou como parte	<i>Otávio Abrantes de Sa Ney</i>
	CARLOS ALBERTO MARINS FONSECA carlos.fonseca@faciltecnologia.com.br Assinou como parte	CARLOS ALBERTO MARINS FONSECA
	Thiago Dantas de Freitas thiago.freitas@faciltecnologia.com.br Assinou como parte	<i>Thiago Dantas de Freitas</i>
	André Gustavo Nunes de Melo andre.melo@agsinvestimentos.com.br Assinou como parte	<i>André Gustavo Nunes de Melo</i>
	Rafael Ferraz Cornelio Goiana Novaes rafaelferrazadv@hotmail.com Assinou como parte	<i>Rafael Ferraz Novaes</i>
	José arraes de alencar zearraes@hotmail.com Assinou como parte	<i>José arraes de alencar</i>
	Carlos Henrique Borges de Melo carlosh@bmadvocacia.com.br Assinou como parte	<i>Carlos Henrique Borges de Melo</i>

Eventos do documento

10 Aug 2022, 11:14:22

Documento 63c9a76b-1c59-45b7-be08-29f43c83717a **criado** por CARLOS HENRIQUE BORGES DE MELO (5a41ceca-3d82-4990-a036-d3c099479ce8). Email:carlosh@bmadvocacia.com.br. - DATE_ATOM: 2022-08-10T11:14:22-03:00

10 Aug 2022, 11:17:35

Assinaturas **iniciadas** por CARLOS HENRIQUE BORGES DE MELO (5a41ceca-3d82-4990-a036-d3c099479ce8). Email: carlosh@bmadvocacia.com.br. - DATE_ATOM: 2022-08-10T11:17:35-03:00

10 Aug 2022, 11:41:08

CARLOS HENRIQUE BORGES DE MELO **Assinou como parte** (5a41ceca-3d82-4990-a036-d3c099479ce8) - Email:



9 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 16 de agosto de 2022, 16:06:33

FEITURA DE MARCA
 ASSINADO Nº: 401/2024
 DATA DE INÍCIO: 10/01/24
 RUBRICA: JUP FLS: 30

carlosh@bmadvocacia.com.br - IP: 187.114.210.201 (187.114.210.201.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 59234) -
 Documento de identificação informado: 093.180.074-93 - DATE_ATOM: 2022-08-10T11:41:08-03:00

10 Aug 2022, 11:48:13

ANDRÉ GUSTAVO NUNES DE MELO **Assinou como parte** - Email: andre.melo@agsinvestimentos.com.br - IP:
 191.187.185.9 (bfbbbb909.virtua.com.br porta: 27230) - Geolocalização: -8.115999123928118 -34.9034722918422
 - Documento de identificação informado: 666.016.144-91 - DATE_ATOM: 2022-08-10T11:48:13-03:00

11 Aug 2022, 18:14:12

OTAVIO ABRANTES DE SA NEY **Assinou como parte** - Email: otavio.ney@faciltecnologia.com.br - IP:
 187.90.199.189 (ip-187-90-199-189.user.vivozap.com.br porta: 8742) - Documento de identificação informado:
 036.711.874-25 - DATE_ATOM: 2022-08-11T18:14:12-03:00

15 Aug 2022, 11:50:49

CARLOS ALBERTO MARINS FONSECA **Assinou como parte** - Email: carlos.fonseca@faciltecnologia.com.br - IP:
 45.6.182.137 (45.6.182.137 porta: 14156) - Documento de identificação informado: 069.807.734-29 - DATE_ATOM:
 2022-08-15T11:50:49-03:00

15 Aug 2022, 12:23:29

RAFAEL FERRAZ CORNELIO GOIANA NOVAES **Assinou como parte** (8fd9db6a-0a08-4f63-956f-da2062657c3c) -
 Email: rafaelerrazadv@hotmail.com - IP: 45.164.181.110 (45-164-181-110.netwayfibrage.net.br porta: 41356) -
 Documento de identificação informado: 010.537.764-38 - DATE_ATOM: 2022-08-15T12:23:29-03:00

16 Aug 2022, 09:31:20

THIAGO DANTAS DE FREITAS **Assinou como parte** - Email: thiago.freitas@faciltecnologia.com.br - IP:
 187.19.212.198 (187-19-212-198-tmp.static.brisanet.net.br porta: 14102) - Documento de identificação informado:
 011.830.574-31 - DATE_ATOM: 2022-08-16T09:31:20-03:00

16 Aug 2022, 16:05:59

JOSÉ ARRAES DE ALENCAR **Assinou como parte** - Email: zearraes@hotmail.com - IP: 104.28.113.118
 (104.28.113.118 porta: 11654) - Geolocalização: -8.270993451595558 -35.60727727602758 - Documento de
 identificação informado: 734.653.214-72 - DATE_ATOM: 2022-08-16T16:05:59-03:00

Hash do documento original

(SHA256):04c793c9308673b0305fa62438aca026150494bac4dbb7d305e38473bde45caa

(SHA512):a01e333e95847c0a7e553a0738a7c0475047a7099d8fcb43032d1adb1e796951d6e002753edae5cfbf01ec1b5d2f390e65aca30306752bca1a1db31dc496ae89

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
HABILITAÇÃO: gup FLS: 31

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, JOSE ROBERTO GOMES CAVALCANTI, com inscrição ativa no CRC/PB, sob o nº 002834, inscrito no CPF nº 20570520444, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
20570520444	002834	JOSE ROBERTO GOMES CAVALCANTI



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/08/2022 09:34 SOB Nº 20221038884.
PROTOCOLO: 221038884 DE 18/08/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12210914447. CNPJ DA SEDE: 07527919000187.
NIRE: 25300012374. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 19/08/2022.
FACIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA SA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A
 CNPJ N. 07.527.919/0001-87
 NIRE 25 2 0043534-6

PREFEITURA DE MARICÁ
 PROCESSO Nº: 701/2024
 DATA DE INÍCIO: 10/10/2024
 RUBRICA: [assinatura] FLS: 32

1. Data, hora, local: No dia 15 de dezembro de 2021, às 11:00 horas, na sede da Fácil Soluções Tecnológicas em Informática S/A ("Companhia"), localizada na Av. Paraíba, nº 45, Bairro dos Estados, CEP 58.030-430, João Pessoa/PB.
2. Convocação: Dispensada convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas.
3. Mesa: O Sr. **OTÁVIO ABRANTES DE SÁ NEY** assumiu a presidência dos trabalhos convocando **ALINNE CORREIA VELOSO** para secretária.
4. Ordem do dia: (a) deliberar acerca da reforma do Estatuto Social para formação de Conselho de Administração; e (b) deliberar acerca da eleição de novos membros do Conselho de Administração; (c) deliberar acerca da destituição dos atuais membros da Diretoria da Companhia; (d) deliberar acerca da posse de novos membros da Diretoria da Companhia; (e) deliberar acerca da reforma do Estatuto Social sobre autonomia da Diretoria; (f) fixar a remuneração global dos Diretores e Conselho de Administração.
5. Deliberações: Aprovada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata sob forma de sumário, foram colocadas em discussões as matérias previstas na ordem do dia, as quais foram aprovadas por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, conforme segue:
 - 5.1 A reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I, para, ajustando a sequência de cláusulas, inclusão das disposições de formação do Conselho de Administração no Artigo 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 17º, 18º e 19º que passarão a ter a seguinte redação:

"Artigo 7º - A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria ("Administração") que terão suas as competências e poderes previstos neste Estatuto Social, observada legislação aplicável.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, cabendo aos Diretores a administração da Companhia.

Parágrafo 2º - O prazo de gestão dos membros da Administração é de 02 (dois) anos, permitida a reeleição por iguais e sucessivos períodos de 02 (dois) anos, sem qualquer limitação.

Parágrafo 3º - Os Administradores eleitos serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse. Os Conselheiros de Administração e Diretores eleitos permanecerão nos seus cargos até a data em que seus sucessores, devidamente eleitos, forem empossados, dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo 4º A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, a quem compete igualmente fixar, quando for o caso, o montante da participação dos administradores no lucro da Companhia, bem como benefícios de qualquer natureza que lhes sejam atribuídos, inclusive verba de representação. Compete ao Conselho de Administração estabelecer as condições de rateio da remuneração entre Conselheiros e Diretores.

Parágrafo 5º - Os administradores tomam posse na forma do artigo 149 da Lei 6.404/76.

Artigo 8º - O Conselho de Administração da Companhia é composto de 5 (cinco) a 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração nomeará, entre eles, o Presidente e o Vice Presidente, competindo a este substituir o presidente em suas ausências e impedimentos, bem como na hipótese de vacância.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral, caso entenda conveniente, poderá eleger um suplente para cada membro do Conselho de Administração, exceto para o cargo de Presidente.

Artigo 9º - Em caso de vacância de cargo de Conselheiro de Administração, e havendo suplente nomeado em Assembleia Geral, este substituirá o titular até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar. Não havendo suplente ou em caso de vacância no cargo após este haver assumido, caberá ao Conselho de Administração nomear o substituto, que permanecerá no cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar. Em qualquer caso, o mandato do substituto eleito pela Assembleia Geral vigorará pelo prazo que restar no mandato do substituído.

Artigo 10º - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, e não havendo suplente, seu substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, salvo se a ausência ou o impedimento for do presidente do Conselho, hipótese em que este indicará o seu substituto.

Artigo 11º - Ocorrendo vacância de cargos que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) do total de Conselheiros, a Assembleia Geral será convocada, nos 30 (trinta) dias que se seguirem ao evento, para eleger os substitutos, cujos mandatos coincidirão com os dos demais Conselheiros.

Artigo 12º - O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, ao menos uma vez a cada mês, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou Vice Presidente. As reuniões serão preferencialmente presenciais na sede da Companhia, aceitando-se a presença remota desde que justificada.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer via notificações, cartas registradas, telegramas, fax ou mensagens eletrônicas, desde que, em qualquer caso, haja a efetiva comprovação do envio e recebimento das partes.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração se instalam com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros em exercício, sob a direção do Presidente, que indicará um dos conselheiros para servir de secretário.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração são tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a cada Conselheiro um voto.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas em livro próprio, devendo ser arquivadas na Junta Comercial e publicadas no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação, aquelas deliberações cujo conteúdo possa resultar em reflexo à terceiros.

Artigo 13º - Compete ao Conselho de Administração:

- (a) estabelecer os objetivos, a política e orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) convocar a Assembleia Geral Ordinária, e, quando os interesses sociais demandarem, a Assembleia Geral Extraordinária.
- (c) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, tomar contas da Diretoria e demonstrações financeiras de cada exercício;
- (e) fiscalizar a gestão dos Diretores;
- (f) examinar a qualquer tempo: atos, livros, documentos e contratos que a Companhia seja parte;
- (g) deliberar sobre emissão de notas promissórias para subscrição particular;
- (h) submeter à Assembleia Geral o destino à ser dado ao lucro líquido do exercício;
- (i) autorizar a Diretoria à: venda, alienação, oneração, transferência, constituição de gravames, locação ou qualquer outra forma de disposição da propriedade ou da posse de ativos imobilizados da Companhia ou de controladas que envolva montante superior a R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), e não estejam previstos no Plano de Negócios ou no Orçamento da Companhia, em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- (j) nomear e destituir auditores independentes;
- (k) estabelecer o rateio da remuneração da Administração, observado limite global estabelecido pela Assembleia Geral;
- (l) determinar levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores, podendo, na hipótese, declarar dividendos à conta de lucros apurados em tais balanços, lucros acumulados de balanços anteriores e/ou lucros existentes nos balanços semestrais ou anuais anteriores;
- (m) aprovar operações de crédito entre entidades coligadas, controladas e controladoras;
- (n) resolver os casos omissos no Estatuto Social e demais atribuições legais;"

5.2 A reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I, para, ajustando a sequência de cláusulas, alteração das disposições sobre a Diretoria nos Artigos 14º, 15º, 16º, 17º, 18º e 19º, que passarão a ter a seguinte redação:

Artigo 14º - A Diretoria da Companhia é composta por até 03 (três) membros, nomeados Diretor Presidente, Diretor de Operações e Diretor de Tecnologia da

Informação. Podem ser eleitos Diretores da companhia quaisquer pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração em reunião convocada especialmente para este fim.

Parágrafo 1º - Na hipótese de eventual renúncia, destituição, morte, interdição, impedimento ou vacância de qualquer diretor, o Conselho de Administração deverá se reunir, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data do evento, para eleger um novo Diretor, que completará o prazo de gestão do substituído. Sem prejuízo, a Companhia poderá optar por conduzir suas atividades com apenas um Diretor sem levar à efeito a nomeação do cargo em vacância, hipótese em que o Diretor eleito e nomeado terá o acúmulo das três funções.

Parágrafo 2º - Os Diretores não poderão se afastar do exercício de suas funções por mais de 90 (noventa) dias em cada período de 12 (doze) meses, sob pena de perda de mandato.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração, sem limitação, podem ser eleitos para o cargo de Diretor, com exercício cumulativo de funções. Ocorrendo a hipótese de acumulação de cargos, ajustar-se-á remuneração global limitada até o teto deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - A remuneração dos Diretores será definida pelos acionistas, observado o montante global fixado em Assembleia Geral, conforme estabelecido neste Estatuto Social.

Parágrafo 5º - Para investidura no cargo de Diretor é dispensada caução.

Artigo 15º - A Diretoria reunir-se-á, sempre que os interesses sociais demandarem e suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 1º - As reuniões podem ser convocadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º - As deliberações da Diretoria, constarão em atas lavradas em livro próprio e serão tomadas por consenso.

Parágrafo 3º - Ocorrendo impasse na deliberação de qualquer matéria posta à discussão em reunião de Diretoria, caberá ao Conselho de Administração que decidirá em última instância.

Artigo 16º - Compete à Diretoria:

- (a) cumprir as disposições deste Estatuto Social e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- (b) propor ao Conselho de Administração, para exame e deliberação, as diretrizes fundamentais relacionadas aos objetivos e metas da Companhia;
- (c) assegurar o bom andamento dos negócios sociais, praticando todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, observando, quando for o caso, a necessidade de autorização prévia do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral;
- (d) celebrar contratos de qualquer natureza com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, observados os limites impostos pelo Estatuto Social;
- (e) submeter ao Conselho de Administração a prática de qualquer ato que, nos termos deste Estatuto Social, dependa de prévia autorização daquele órgão;

- (f) aprovar o quadro de pessoal da Companhia, estabelecendo regime de cargos e salários;
- (g) delegar a prática de ato no qual a Companhia, nos termos deste Estatuto Social, possa necessitar de representação, devendo constar a específica designação do outorgado procurador;
- (h) elaborar, ao final de cada exercício social, as demonstrações financeiras e o relatório da administração, submetendo-os, acompanhado do parecer dos auditores independentes, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se instalado;
- (i) elaborar o orçamento anual da Companhia;
- (j) instalar escritórios de representação da Companhia;
- (k) autorizar a venda, alienação, oneração, transferência, constituição de gravames, locação ou qualquer outra forma de disposição da propriedade ou da posse de ativos imobilizados da Companhia ou de controladas que envolva montante inferior a R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), e não estejam previstos no Plano de Negócios ou no Orçamento da Companhia, em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- (l) representar a Companhia em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, e em suas relações perante terceiros, incluindo, mas sem se limitar a, repartições públicas, autoridades, autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, sejam federais, estaduais ou municipais; e
- (m) assinar todo e qualquer documento, público ou privado, letras de câmbio, cheques, ordem de pagamento, contratos, bem como quaisquer documentos que possam impor responsabilidade ou obrigação à Companhia, desde que o valor da obrigação não exija aprovação prévia do Conselho de Administração.

Artigo 17º - Compete ao Diretor Presidente, na condição de principal condutor das atividades sociais:

- (a) convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria;
- (b) estruturar e dirigir todos os negócios da Companhia de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração;
- (c) admitir, demitir e promover os empregados da Companhia, podendo delegar esta competência;
- (d) zelar pela tempestividade de envio de documentos e obrigações acessórias, tanto perante terceiros quanto assuntos interna corporis;
- (e) dirigir atividades financeiras da Companhia, desde que expressamente autorizado pelo Conselho de Administração;

Artigo 18º - Compete ao Diretor de Operações:

- (a) dirigir o relacionamento entre órgãos e delegações de tarefas externas da Companhia;
- (b) delegar tarefas internas operacionais da Companhia;
- (c) estabelecer padrão de ética e diretrizes para prevenção de riscos corporativos da Companhia sob as melhores práticas de Governança Corporativa;
- (d) relatar a ocorrência de ato que constitua ilícito administrativo, civil ou penal ao Conselho de Administração e à Diretoria;
- (e) manter aberto canal interno de diálogo entre colaboradores e a Diretoria executiva;

(f) preparar normas administrativas, instruções de serviço e coordenar as certificações da Companhia, bem como adequações às normas de proteção de dados e conformidade;

Artigo 19º - Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação:

- (a) dirigir o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração pertinente ao planejamento, coordenação e supervisão em matéria de tecnologia;
- (b) orientar a política de uso sustentável das ferramentas de tecnologia da Companhia;
- (c) coordenar e integrar a capacitação de colaboradores no sistema de informação da Companhia;
- (d) estabelecer e revisar, periodicamente, métricas para avaliação de desempenho com finalidade de consolidar e desenvolver os programas vinculados à área de tecnologia da informação, submetendo à aprovação do Conselho de Administração;

5.3 A reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I, para, ajustando a redação de Cláusulas que antes outorgavam competência para a Diretoria e, sob nova deliberação, outorgam a competência ao Conselho de Administração, nos Artigos 6º, 27º, 28º, 29º, 31º e 32º

(...)

Artigo 6º - A Companhia poderá, por decisão do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou para cancelamento, conforme Lei nº 6.404/76.

Artigo 27º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando deverão ser levantados o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, conforme artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - Por deliberação do Conselho de Administração a companhia poderá: (i) levantar balanços mensais, semestrais, trimestrais ou de períodos menores e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 28º - Do resultado do exercício deverão ser deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Parágrafo Único - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social da Companhia ou até que o saldo desta reserva, somado ao montante das reservas de capital, atinja 30% (trinta por cento) do capital social da companhia; (b) do saldo remanescente, após a destinação referida no item (a) acima, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório; (c) do saldo remanescente, após as destinações referidas nos itens (a) e (b) acima, a Assembleia Geral poderá destinar, por deliberação da maioria simples de votos, parte ou a totalidade para uma reserva de investimentos, até o limite do Capital Social da companhia; e (d) o saldo remanescente, se houver, após

as destinações referidas nos itens (a), (b) e (c) acima, terá a destinação que vier a ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Artigo 29º - O Conselho de Administração poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada as disposições legais aplicáveis.

Artigo 31º - A Companhia observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado aos integrantes da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria acatar declaração de voto de qualquer acionista que for proferida em desacordo com eventuais determinações da legislação aplicável, deste Estatuto Social, de Acordos de Acionistas celebrados no âmbito da companhia.

Artigo 32º - Este Estatuto Social poderá ser reformado por proposta do Conselho de Administração ou da Diretoria, desde que aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, que se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/4 (dois quartos), no mínimo, do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme artigo 135 da Lei nº 6.404/76.

5.3 A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme Termos de Posse, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, a saber:

(1) Conselheiro Presidente **CARLOS ANDRÉ GOMES NAGEM**, brasileiro, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 834.153.354-53, portador da carteira de identidade nº 3.343.049 SSP/PE, residente e domiciliado na Avenida Antônio de Góes, nº 742, Empresarial Jopin, Salas 1501 e 1502, Pina, Recife/PE, CEP: 51.010-000;

(2) Conselheiro Vice Presidente **RAFAEL FERRAZ CORNÉLIO GOIANA NOVAES**, brasileiro, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 010.537.764-38, portador da carteira de identidade nº 5.835.094 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua de Apipucos, nº 687, apt. 601, bloco g, Casa Forte, Recife/PE, CEP: 52.071-640;

(3) Conselheiro **HALIM NAGEM NETO**, brasileiro, administrador de empresas, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 233.112.904-53, portador da carteira de identidade nº 1.486.168 SDS/PE, residente e domiciliado à Avenida Antônio de Góes, nº 742, Empresarial Jopin, Salas 1501 e 1502, Pina, Recife/PE, CEP: 51.010-000;

(4) Conselheiro **JOSÉ ARRAES DE ALENCAR**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 734.653.214-72, portador da carteira de identidade nº 3.752.943 SSP/PE, residente e domiciliado na Estrada do Encanamento nº 617, apto. 901, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52.070-080;

(5) Conselheiro **ANDRÉ GUSTAVO NUNES DE MELO**, brasileiro, economista, casado sob regime de comunhão parcial de bens, CPF 666.016.144-91, portador da carteira de identidade nº 3.614.952 SDS/PE, residente e domiciliado na Avenida Boa Viagem nº 956, apto. 1001, Boa Viagem, Recife/PE CEP: 51.011-000;

(6) Conselheiro **CARLOS ALBERTO MARINS FONSECA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7.628.851 SSP/PE, inscrito no CPF nº 069.807.734-29, residente e domiciliado à Rua João Paiva Ponce Leon, Apt. 1901, Jardim Oceania, João Pessoa/PB, CEP: 58.037-765;

(7) Conselheiro **THIAGO DANTAS DE FREITAS**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.569.004 SSP/PB, inscrito no CPF nº 011.830.574-31, residente e domiciliado à Rua Professor Eudésia Vieira, nº 951, Apt. 2603B, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP: 58.030-092;

5.4 A eleição dos membros da Diretoria da Companhia, conforme Termos de Posse, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, a saber:

(1) Diretor Presidente **OTÁVIO ABRANTES DE SÁ NEY**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Sousa/PB, nascido em 25/07/1980, portador do RG nº 2.474.450-SSP/PB e CPF nº 036.711.874-25, residente e domiciliado na Av. Acre 601, lote 101, quadra 02, Bairro dos Estados, CEP 58030-230, João Pessoa/PB;

(2) Diretor de Operações **CARLOS ALBERTO MARINS FONSECA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7.628.851 SSP/PE, inscrito no CPF nº 069.807.734-29, residente e domiciliado à Rua João Paiva Ponce Leon, Apt. 1901, Jardim Oceania, João Pessoa/PB, CEP: 58.037-765

(3) Diretor de Tecnologia da Informação **THIAGO DANTAS DE FREITAS**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.569.004 SSP/PB, inscrito no CPF nº 011.830.574-31, residente e domiciliado à Rua Professor Eudésia Vieira, nº 951, Apt. 2603B, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP: 58.030-092

5.5 Fixar a remuneração dos membros da Administração, a saber:

(1) Os Conselheiros de Administração quando acionistas não farão jus à remuneração. Já o Conselheiro de Administração independente será remunerado à importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

(2) A Diretoria fará jus à remuneração de R\$ 6.433,57 (seis mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos) conforme último pro-labore de novembro de 2021.

6. Encerramento: Como nada mais houve a ser tratado, após ter sido oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos e

lavrada a presente ata, em forma de sumário. Concluída a lavratura deste documento, o referido foi lido, aprovado e assinado pelo Presidente, por mim Secretário e por todos os acionistas presentes. Mesa: Presidente - Otávio Abrantes de Sá Ney; e Secretária Alinne Correia Veloso.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

[página de assinaturas a seguir]

Anexo I à Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de dezembro de 2021.

**CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA
FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A
CNPJ N. 07.527.919/0001-87
NIRE 25 2 0043534-6**

Capítulo I

Denominação, Sede, Objeto e Prazo

Artigo 1º - A Fácil Soluções Tecnológicas em Informática S/A é uma sociedade anônima de capital fechado regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76 e legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sede na Av. Paraíba, nº 45, Bairro dos Estados, CEP 58.030-430, João Pessoa/PB, podendo criar ou encerrar filiais, estabelecimentos ou escritórios em qualquer localidade do território nacional e no exterior, a critério dos acionistas.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

- 62.03-1-00 - desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis;
- 62.02-3-00 - desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
- 62.01-5-00 - desenvolvimento de programas de computador sob encomenda;
- 62.04-0-00 - consultoria em tecnologia da informação;
- 63.99-2-00 - outras atividades de prestação de serviços de informação;
- 82.99-7-99 - outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas;
- 82.19-9-99 - preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo;
- 70.20-4-00 - atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;
- 62.09-1-00 - suporte técnico em tecnologia da informação
- 46.14-1-00 representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves.

Artigo 4º - A Companhia iniciou suas atividades em 09/08/2005, data de seu registro na junta comercial do estado da Paraíba, e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INICIO: 10/10/24
RUBRICA: JUP FLS: 43

Capítulo II

Capital Social, Ações e Títulos Mobiliários

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia, expresso em moeda corrente nacional, já integralizado pelos acionistas, é de R\$ 2.950.000 (dois milhões, novecentos e cinquenta reais), representado por 2.950.000 (duas milhões, novecentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

Parágrafo 1º - Os Acionistas têm direito de preferência, na proporção das suas ações, para subscrições de novas ações e demais títulos mobiliários de emissão da companhia, observadas as disposições deste Estatuto Social e da Lei nº 6.404/74. O direito de preferência deverá ser exercido no prazo fixado pela Assembleia Geral, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva deliberação, conforme Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - O Capital Social da Companhia é representado, exclusivamente por ações ordinárias. Não haverá emissão de ações preferenciais ou demais tipos de ações pela Companhia. Cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia.

Parágrafo 3º - As ações representativas do Capital Social são indivisíveis em relação à Companhia. Quando determinada ação pertencer a mais de uma pessoa em condomínio, os direitos de tais ações deverão ser exercidos pelo representante da Companhia.

Parágrafo 4º - O Acionista que não fizer o pagamento das ações subscritas a tempo e modo devidos ficará, de pleno direito, constituído em mora, aplicando-se multa de 2% (dois por cento) sobre o valor não pago, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata dies, tudo atualizado pela variação positivado IGPM/FGV, desde a data do inadimplemento verificado até a data em que for realizado o pagamento devido.

Artigo 6º - A Companhia poderá, por decisão do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou para cancelamento, conforme Lei nº 6.404/76.

Capítulo III

Administração da Companhia

Artigo 7º - A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria ("Administração") que terão suas competências e poderes previstos neste Estatuto Social, observada legislação aplicável.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, cabendo aos Diretores a administração da Companhia.

Parágrafo 2º - O prazo de gestão dos membros da Administração é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por iguais e sucessivos períodos de 2 (dois) anos, sem qualquer limitação.

Parágrafo 3º - Os Administradores eleitos serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse. Os Conselheiros de Administração e Diretores eleitos permanecerão nos seus cargos até a data em que seus sucessores, devidamente eleitos, forem empossados, dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo 4º A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, a quem compete igualmente fixar, quando for o caso, o montante da participação dos administradores no lucro da Companhia, bem como benefícios de qualquer natureza que lhes sejam atribuídos, inclusive verba de representação. Compete ao Conselho de Administração estabelecer as condições de rateio da remuneração entre Conselheiros e Diretores.

Parágrafo 5º - Os administradores tomam posse na forma do artigo 149 da Lei 6.404/76.

Seção I

Conselho de Administração

Artigo 8º - O Conselho de Administração da Companhia é composto de 5 (cinco) a 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração nomeará, entre eles, o Presidente e o Vice Presidente, competindo a este substituir o presidente em suas ausências e impedimentos, bem como na hipótese de vacância.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral, caso entenda conveniente, poderá eleger um suplente para cada membro do Conselho de Administração, exceto para o cargo de Presidente.

Artigo 9º - Em caso de vacância de cargo de Conselheiro de Administração, e havendo suplente nomeado em Assembleia Geral, este substituirá o titular até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar. Não havendo suplente ou em caso de vacância no cargo após este haver assumido, caberá ao Conselho de Administração nomear o substituto, que permanecerá no cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar. Em qualquer caso, o mandato do substituto eleito pela Assembleia Geral vigorará pelo prazo que restar no mandato do substituído.

Artigo 10º - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, e não havendo suplente, seu substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, salvo se a ausência ou o impedimento for do presidente do Conselho, hipótese em que este indicará o seu substituto.

Artigo 11º - Ocorrendo vacância de cargos que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) do total de Conselheiros, a Assembleia Geral será convocada, nos 30 (trinta) dias que se seguirem ao evento, para eleger os substitutos, cujos mandatos coincidirão com os dos demais Conselheiros.

Artigo 12º - O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, ao menos uma vez a cada mês, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou Vice Presidente. As reuniões serão preferencialmente presenciais na sede da Companhia, aceitando-se a presença remota desde que justificada.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer via notificações, cartas registradas, telegramas, fax ou mensagens eletrônicas, desde que, em qualquer caso, haja a efetiva comprovação do envio e recebimento das partes.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração se instalam com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros em exercício, sob a direção do Presidente, que indicará um dos conselheiros para servir de secretário.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração são tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a cada Conselheiro um voto.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas em livro próprio, devendo ser arquivadas na Junta Comercial e publicadas no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação, aquelas deliberações cujo conteúdo possa resultar em reflexo à terceiros.

Artigo 13º - Compete ao Conselho de Administração:

- (a) estabelecer os objetivos, a política e orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) convocar a Assembleia Geral Ordinária, e, quando os interesses sociais demandarem, a Assembleia Geral Extraordinária.
- (c) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, tomar contas da Diretoria e demonstrações financeiras de cada exercício;
- (e) fiscalizar a gestão dos Diretores;
- (f) examinar a qualquer tempo: atos, livros, documentos e contratos que a Companhia seja parte;
- (g) deliberar sobre emissão de notas promissórias para subscrição particular;
- (h) submeter à Assembleia Geral o destino à ser dado ao lucro líquido do exercício;
- (i) autorizar a Diretoria à: venda, alienação, oneração, transferência, constituição de gravames, locação ou qualquer outra forma de disposição da propriedade ou da posse de ativos imobilizados da Companhia ou de controladas que envolva montante superior a R\$ 25.000,00

(vinte cinco mil reais), e não estejam previstos no Plano de Negócios ou no Orçamento da Companhia, em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;

(j) nomear e destituir auditores independentes;

(k) estabelecer o rateio da remuneração da Administração, observado limite global estabelecido pela Assembleia Geral;

(l) determinar levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores, podendo, na hipótese, declarar dividendos à conta de lucros apurados em tais balanços, lucros acumulados de balanços anteriores e/ou lucros existentes nos balanços semestrais ou anuais anteriores;

(m) aprovar operações de crédito entre entidades coligadas, controladas e controladoras;

(n) resolver os casos omissos no Estatuto Social e demais atribuições legais;

Seção II

Diretoria

Artigo 14º - A Diretoria da Companhia é composta por até 03 (três) membros, nomeados Diretor Presidente, Diretor de Operações e Diretor de Tecnologia da Informação. Podem ser eleitos Diretores da companhia quaisquer pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração em reunião convocada especialmente para este fim.

Parágrafo 1º - Na hipótese de eventual renúncia, destituição, morte, interdição, impedimento ou vacância de qualquer diretor, o Conselho de Administração deverá se reunir, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data do evento, para eleger um novo Diretor, que completará o prazo de gestão do substituído. Sem prejuízo, a Companhia poderá optar por conduzir suas atividades com apenas um Diretor sem levar à efeito a nomeação do cargo em vacância, hipótese em que o Diretor eleito e nomeado terá o acúmulo das três funções.

Parágrafo 2º - Os Diretores não poderão se afastar do exercício de suas funções por mais de 90 (noventa) dias em cada período de 12 (doze) meses, sob pena de perda de mandato.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração, sem limitação, podem ser eleitos para o cargo de Diretor, com exercício cumulativo de funções. Ocorrendo a hipótese de acumulação de cargos, ajustar-se-á remuneração global limitada até o teto deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - A remuneração dos Diretores será definida pelos acionistas, observado o montante global fixado em Assembleia Geral, conforme estabelecido neste Estatuto Social.

Parágrafo 5º - Para investidura no cargo de Diretor é dispensada caução.

Artigo 15º - A Diretoria reunir-se-á, sempre que os interesses sociais demandarem e suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 1º - As reuniões podem ser convocadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º - As deliberações da Diretoria, constarão em atas lavradas em livro próprio e serão tomadas por consenso.

Parágrafo 3º - Ocorrendo impasse na deliberação de qualquer matéria posta à discussão em reunião de Diretoria, caberá ao Conselho de Administração que decidirá em última instância.

Artigo 16º - Compete à Diretoria:

- (a) cumprir as disposições deste Estatuto Social e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- (b) propor ao Conselho de Administração, para exame e deliberação, as diretrizes fundamentais relacionadas aos objetivos e metas da Companhia;
- (c) assegurar o bom andamento dos negócios sociais, praticando todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, observando, quando for o caso, a necessidade de autorização prévia do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral;
- (d) celebrar contratos de qualquer natureza com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, observados os limites impostos pelo Estatuto Social;
- (e) submeter ao Conselho de Administração a prática de qualquer ato que, nos termos deste Estatuto Social, dependa de prévia autorização daquele órgão;
- (f) aprovar o quadro de pessoal da Companhia, estabelecendo regime de cargos e salários;
- (g) delegar a prática de ato no qual a Companhia, nos termos deste Estatuto Social, possa necessitar de representação, devendo constar a específica designação do outorgado procurador;
- (h) elaborar, ao final de cada exercício social, as demonstrações financeiras e o relatório da administração, submetendo-os, acompanhado do parecer dos auditores independentes, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se instalado;
- (i) elaborar o orçamento anual da Companhia;
- (j) instalar escritórios de representação da Companhia;
- (k) autorizar a venda, alienação, oneração, transferência, constituição de gravames, locação ou qualquer outra forma de disposição da propriedade ou da posse de ativos imobilizados da Companhia ou de controladas que envolva montante inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e não estejam previstos no Plano de Negócios ou no Orçamento da Companhia, em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- (l) representar a Companhia em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, e em suas relações perante terceiros, incluindo, mas sem se limitar a, repartições públicas, autoridades, autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, sejam federais, estaduais ou municipais; e
- (m) assinar todo e qualquer documento, público ou privado, letras de câmbio, cheques, ordem de pagamento, contratos, bem como quaisquer documentos que possam impor

responsabilidade ou obrigação à Companhia, desde que o valor da obrigação não exija aprovação prévia do Conselho de Administração.

Artigo 17º - Compete ao Diretor Presidente, na condição de principal condutor das atividades sociais:

- (a) convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria;
- (b) estruturar e dirigir todos os negócios da Companhia de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração;
- (c) admitir, demitir e promover os empregados da Companhia, podendo delegar esta competência;
- (d) zelar pela tempestividade de envio de documentos e obrigações acessórias, tanto perante terceiros quanto assuntos interna *corporis*;
- (e) dirigir atividades financeiras da Companhia, desde que expressamente autorizado pelo Conselho de Administração;

Artigo 18º - Compete ao Diretor de Operações:

- (a) dirigir o relacionamento entre órgãos e delegações de tarefas externas da Companhia;
- (b) delegar tarefas internas operacionais da Companhia;
- (c) estabelecer padrão de ética e diretrizes para prevenção de riscos corporativos da Companhia sob as melhores práticas de Governança Corporativa;
- (d) relatar a ocorrência de ato que constitua ilícito administrativo, civil ou penal ao Conselho de Administração e à Diretoria;
- (e) manter aberto canal interno de diálogo entre colaboradores e a Diretoria executiva;
- (f) preparar normas administrativas, instruções de serviço e coordenar as certificações da Companhia, bem como adequações às normas de proteção de dados e conformidade;

Artigo 19º - Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação:

- (a) dirigir o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração pertinente ao planejamento, coordenação e supervisão em matéria de tecnologia;
- (b) orientar a política de uso sustentável das ferramentas de tecnologia da Companhia;
- (c) coordenar e integrar a capacitação de colaboradores no sistema de informação da Companhia;
- (d) estabelecer e revisar, periodicamente, métricas para avaliação de desempenho com finalidade de consolidar e desenvolver os programas vinculados à área de tecnologia da informação, submetendo à aprovação do Conselho de Administração;

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
HUBRICA: gip FLS: 49

Seção III

Conselho Fiscal

Artigo 20º - O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela assembleia geral.

Artigo 21º - Quando instalado, o conselho fiscal deverá se reunir sempre que necessário para exercício dos poderes e atribuições que lhe são atribuídos pela legislação aplicável.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do conselho fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal deverão ser substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. não havendo suplente, a assembleia geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito membro do conselho fiscal quem: (i) ocupar qualquer cargo de administração em outra pessoa jurídica que concorra com atividade(s) da companhia, salvo se o cargo ocupado for em pessoa jurídica que possua vinculação societária, direta ou indireta, com a companhia; ou (ii) possuir ou representar interesse conflitante com os da companhia.

Parágrafo 4º - Se qualquer dos impedimentos previstos no parágrafo anterior se configurar após a eleição do conselheiro, ele não poderá exercer seu voto nas reuniões subsequente do conselho fiscal, sendo vedado o seu acesso a informações estratégicas da companhia ou sua participação em novas reuniões para discussão de assuntos sobre os quais tal conselheiro possuía ou represente interesse conflitante com os da companhia.

Parágrafo 5º - No caso de renúncia, destituição, morte, interdição, impedimento ou vacância de qualquer conselheiro fiscal, a assembleia geral deverá ser convocada, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do evento, para eleger conselheiros substitutos, que completarão os prazos de gestão dos substituídos.

Parágrafo 6º - Os conselheiros fiscais não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias em cada período de 6 (seis) meses, sob pena de perda de mandato.

Parágrafo 7º - As convocações para as reuniões do conselho fiscal poderão ser formalizadas através de notificações, cartas registradas, telegramas, fax ou mensagens eletrônicas, desde que, em qualquer caso, haja a efetiva comprovação do envio e do recebimento das convocações.

Parágrafo 8º - As reuniões do conselho fiscal deverão ser convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, indicando a data, horário, local e pauta dos assuntos que deverão ser objeto da reunião, sendo dispensadas as convocações quando o conselho fiscal se reunir com a presença de todos os conselheiros.

Parágrafo 9º - As deliberações do conselho fiscal deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos. Todas as deliberações do conselho fiscal deverão constar em atas lavradas no respectivo livro de atas e pareceres do conselho fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes. Os votos porventura proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão igualmente constar no livro de registro de atas do conselho fiscal, devendo a cópia da carta, *fac-símile* ou outro meio de comunicação, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 10º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terão a remuneração que lhes for estabelecida pela Assembleia Geral, conforme estabelecido no presente Estatuto Social.

Parágrafo 11º - Deverão ser arquivadas no registro competente e publicadas as atas das reuniões do Conselho Fiscal que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Capítulo IV Assembleia Geral

Artigo 22º - A Assembleia Geral constitui órgão soberano da Companhia, tendo as competências, atribuições e poderes conferidos por este Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 23º - A Assembleia Geral reunir-se-á: (i) ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observado o disposto pelo artigo 123 da lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

Parágrafo 2º - Salvo as exceções legais, a assembleia geral estará habilitada a deliberar com a presença dos acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social.

Parágrafo 3º - A contar da data da primeira publicação convocando a assembleia geral e até a realização desta, ficam suspensas quaisquer transferências de ações da companhia.

Artigo 24º - A Assembleia Geral Ordinária será instalada pelo primeiro diretor ou por qualquer acionista no caso de os diretores retardarem por mais de 60 (sessenta) dias a convocação nos casos previstos em lei ou neste estatuto social.

Parágrafo 1º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, desde que seja acionista, Diretor da Companhia ou advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, conforme artigo 126, § 1º, da lei n. 6.404/76.

Parágrafo 2º - Ao lançar sua assinatura no livro de presenças comprovará o interessado a sua condição de acionista.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral deverá ser presidida por qualquer Conselheiro ou Diretor, que escolherá, dentre os presentes, um secretário se algum diretor não puder presidir a assembleia geral, esta poderá ser presidida por qualquer acionista da companhia, que escolherá, entre os presentes, um secretário.

Artigo 25º - Para qualquer deliberação da Assembleia Geral será necessária a aprovação dos acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social, salvo nas hipóteses previstas na Lei nº 6.404/76 que exijam quórum qualificado de aprovação, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único - As atas das Assembleias Gerais poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto pelo art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76.

Artigo 26º - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas no artigo 122 da lei nº 6.404/76, fixar o montante anual global da remuneração da Administração da Companhia.

Capítulo V

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Resultados.

Artigo 27º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando deverão ser levantados o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, conforme artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - Por deliberação do Conselho de Administração a companhia poderá: (i) levantar balanços mensais, semestrais, trimestrais ou de períodos menores e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 28º - Do resultado do exercício deverão ser deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo Único - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social da Companhia ou até que o saldo desta reserva, somado ao montante das reservas de capital, atinja 30% (trinta por cento) do capital social da companhia; (b) do saldo remanescente, após a destinação referida no item (a) acima, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório; (c) do saldo remanescente, após as destinações referidas nos itens (a) e (b) acima, a Assembleia Geral

poderá destinar, por deliberação da maioria simples de votos, parte ou a totalidade para uma reserva de investimentos, até o limite do Capital Social da companhia; e (d) o saldo remanescente, se houver, após as destinações referidas nos itens (a), (b) e (c) acima, terá a destinação que vier a ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Artigo 29º - O Conselho de Administração poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada as disposições legais aplicáveis.

Capítulo VI

Liquidação e Dissolução

Artigo 30º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, compelindo à Assembleia Geral determinar a modalidade de liquidação e eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. Será liquidante o Diretor Presidente da Companhia.

Capítulo VII

Disposições Finais

Artigo 31º - A Companhia observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado aos integrantes da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria acatar declaração de voto de qualquer acionista que for proferida em desacordo com eventuais determinações da legislação aplicável, deste Estatuto Social, de Acordos de Acionistas celebrados no âmbito da companhia.

Artigo 32º - Este Estatuto Social poderá ser reformado por proposta do Conselho de Administração ou da Diretoria, desde que aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, que se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/4 (dois quartos), no mínimo, do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme artigo 135 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 33º - Os casos omissos e as hipóteses não previstas neste Estatuto Social deverão ser solucionados pelos dispositivos da legislação aplicável, notadamente a Lei nº 6.404/76.



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO N° 701/2024
DATA DE INICIO 10/01/24
RUBRICA: [assinatura] FLS: 53

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, JOSE ROBERTO GOMES CAVALCANTI, com inscrição ativa no CRC/PB, sob o n° 002834, inscrito no CPI n° 20570520444, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
20570520444	002834	JOSE ROBERTO GOMES CAVALCANTI



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/02/2022 09:24 SOB N° 20220072566.
PROTOCOLO: 220072566 DE 03/02/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12201534823. CNPJ DA SEDE: 07527919000187.
NIRE: 25300012374. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 07/02/2022.
FACIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA SA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br



REGISTRADA EM 08/08/2022

Kalina de Almeida Cavalcanti



GAB



CARTÃO, 5x7

PREFEITURA DE MARICÁ

PROCESSO N.º 701/2024

DATA DE INICIO 10/01/24

RUBRICA: [Signature] FLS: 54



SETIMO TABELIONATO DE NOTAS DE JOAO PESS
 Presidente Epitácio Pessoa, 2840
 Ambauzinho

AUTENTICACAO No 2022-007353

Autentico a presente copia reproducao fiel do original

apresentado em 10/08/2022

João Pessoa-PB

MOL R\$ 2,87 FEP. R\$ 0,58 FARDEN R\$ 0,34

SS R\$ 0,14

MODELO DIGITAL AMQB63-4-12WD

Confira a autenticidade em

https://selodigital.tpb.pb.br

JS



AMANDA KELLY DOS SANTOS LIMA - ESCRIVENTA



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DA PARAIBA
 IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

KALINA DE ANDRADE CAVALCANTI

NOME

JOSÉ HERMANO CAVALCANTI

MARIA DAS GRAÇAS DE A. CAVALCANTE

NOME

JOÃO PESSOA-PB

RG

2198534 - SSP PB

DOADOR DE ÓRGÃO E TÍTULO

NÃO

DATA DE NASCIMENTO

31/10/1978

CPF

032.664.224-22

VIA SUPER-CH EM

01 12/12/2012

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 00000000000000000000000000000000



FÁCIL SOLUÇÕES

Fácil Soluções Tecnológicas em Informática S/A
CNPJ 07.527.919/0001-87
Av. Paraíba 45, Bairro dos Estados
58.030-430 João Pessoa - Paraíba - Brasil

Telefone: 55 (83) 2106-5640
55 (83) 98189-9060
E-mail: contato@facilsolucoes.com.br
Internet: www.facilsolucoes.com.br

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 701/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/2024
RUBRICA: JLL FLS: 55

PROCURAÇÃO

FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.527.919/001-87, situada na Av. Paraíba, nº 45, Bairro dos Estados, CEP 58.030-430, João Pessoa – Paraíba, por seu representante legal o **Sr. Otávio Abrantes de Sá Ney**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 036.711.874-25, RG nº 2.474.450 SSP/PB, residente e domiciliado na Av. Acre, nº 601, Bairro dos Estados, CEP 58.030-230, João Pessoa – Paraíba, pelo presente instrumento nomeia e constitui sua procuradora, a advogada Dra. **KALINA DE ANDRADE CAVALCANTI**, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 032.664.224-22, RG nº 2199534 SSP/PB, OAB nº 10.848, endereço eletrônico kalinaandrade@hotmail.com, telefone (83) 9.8766-3777, a quem confere poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium et extra”, para atuar nos interesses do Outorgante, podendo agir em qualquer juízo, instância ou Tribunal, bem como perante às repartições públicas federais, estaduais e municipais, tendo poderes para propor contra quem de direito as ações competentes e defender a parte outorgante nas demandas em que for réu, seguindo-as até final decisão, interpondo os recursos legais cabíveis, designar representantes, efetuar sustentações orais, enfim, praticar todo e qualquer ato para o fiel e bom cumprimento do mandato que lhes é outorgado, vedado subestabelecimento.

SETIMO TABELIONATO DE NOTAS DE JOAO PESS
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2640
Tambauzinho

AUTENTICACAO No 2022-007351

Autentica a presente copia, reproducao fiel do original

Representado Em testemunho da verdade

João Pessoa-PB, 14/06/2022, às 16h 20

RS 2.02 FEPJ RS 0.56 FARPEN RS 0.34

RS 0.14
DIGITAL AM085312-FWP1

Confirma a autenticidade em

https://seledigital.tjpb.jus.br



João Pessoa, 14 de junho de 2022.

ARANDA KELLY DOS SANTOS LIMA - ESCRIVENTE

FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A



SETIMO TABELIONATO DE NOTAS DE JOAO PESS
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2640
Tambauzinho Fone (83) 99211-4444

RECONHECIMENTO DE FIRMA No 2022-012396

Reconheço por semelhança a firma de:

OTAVIO ABRANTES DE SA NEY

João Pessoa-PB, 14/06/2022, às 16h 21

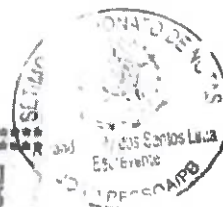
RS 11.20 FEPJ RS 2.26 FARPEN RS 0.34

RS 0.60

SELO DIGITAL: SELO DIGITAL: AM085236-BLKV

Confirma a autenticidade em

https://seledigital.tjpb.jus.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA DA DEFESA NACIONAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-004




Otávio Abrantes de Sá Ney

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.474.450 - 2ª VIA DATA DE EMISSÃO 06/05/2019

NOME OTÁVIO ABRANTES DE SÁ NEY

FILIAÇÃO OTÁVIO ABRANTES DE SÁ ADALMIRA BRAGA ABRANTES DE SÁ

NATURALIDADE SOUSA-PB DATA DE NASCIMENTO 25/07/1980

DOC CIVIL CEM CERT. CAS. Nº4007 - LIV. B-AUX-18 - FLS 7 - CARTÓRIO 12º JOÃO PESSOA-PB

036 711 874-25

Assessoria de Identificação

LEI Nº 3.116 DE 28-03-83

PREFEITURA DE MARICÁ

PROCESSO Nº: 707/2024

DATA INÍCIO 10/01/24

MARICÁ: JLP FLS: 56

FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A
CNPJ N. 07.527.919/0001-87
NIRE 25 2 0043534-6

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO N.º 70112024
DATA DE INÍCIO 10/01/24
MUNICÍPIO: J. P. FLS: 57

TERMO DE POSSE E DESIMPEDIMENTO

Mediante o presente Termo de Posse e Desimpedimento, eu, **OTÁVIO ABRANTES DE SÁ NEY**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Sousa/PB, nascido em 25/07/1980, portador do RG nº 2.474.450-SSP/PB e CPF nº 036.711.874-25, residente e domiciliado na Av. Acre 601, lote 101, quadra 02, Bairro dos Estados, CEP 58030-230, João Pessoa/PB; neste ato, tomo posse do cargo de Diretor Presidente da **Fácil Soluções Tecnológicas em Informática S/A**, sociedade por ações com sede na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Av. Paraíba, nº 45, Bairro dos Estados, CEP 58.030-430, João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob n. 07.527.919/0001-87 ("**Companhia**"), para o qual fui eleito em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, com mandato de 2 (dois) anos, assumindo todos os encargos legais e estatutários inerentes à função.

Declaro, para os devidos fins, e sujeito às penas fixadas em lei, que: **(a)** não estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou sujeito a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; **(b)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; e **(c)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

Para os fins do §2º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão no endereço da sede da Companhia, conforme indicado acima.

João Pessoa, 15 de dezembro 2021.

OTAVIO
ABRANTES DE SA
NEY:03671187425

Assinado de forma digital por
OTAVIO ABRANTES DE SA
NEY:03671187425
Dados: 2021.12.30 11:01:51
+03'00'

OTÁVIO ABRANTES DE SÁ NEY



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 409/2024
DATA DE INÍCIO: 10/01/24
RUBRICA: [assinatura] FLS: 58

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa FACIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMATICA SA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03671187425	OTAVIO ABRANTES DE SA NEY



CERTIFICO O REGISTRO EM 23/12/2022 11:22 SOB Nº 20221307761.
PROTOCOLO: 221307761 DE 20/12/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12216381670. CNPJ DA SEDE: 07527919000187.
NIRE: 25300012374. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 23/12/2022.
FACIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMATICA SA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br